Livro nº. 8
Folha 39

MUNICÍPIO DE

TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2017/2021

Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro de 30 de Novembro de 2018

Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro de 30 de Novembro de 2018

----- Aos trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a quinta sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

----1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, do Decreto - Lei nº75/2013 de 12 deSetembro;----------

2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;----

3. Análise e votação de Proposta sobre a participação variável no IRS;---------

4. Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;----------

5. Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-

6. Análise e votação de Proposta de Isenção do IMI do Campo da Pereira;-----

7. Análise e votação da quarta revisão às Grande Opções do Plano para 2018;-

8. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2019;----------

9. Análise e votação de Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 250.000,00 euros;----------

10. Análise e votação de Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 1.550.000,00 euros;----------

11. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Joaquim Gonçalves, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Vilar.----------

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.

------ Estiveram presentes nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e o vereador Dr. Paulo Sousa. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças

em uso nesta Assembleia, num total de vinte e oito, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves e também se registou a ausência justificada do senhor deputado António Pires de Oliveira.---- ----- Comprovada a existência de "quorum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. --- ----- De seguida, procedeu-se à análise das ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Assim sendo, colocou-se à consideração a ata da sessão ordinária de vinte e nove de setembro e como esta não foi objeto de intervenções, foi ,de imediato, colocada à votação e aprovada por unanimidade. ------ Ainda neste período inicial da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar esta assembleia do pedido do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto e Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Nuno Roupar para incluir na ordem de trabalhos um novo ponto. No caso um "Voto de Saudação pelos 43 anos do 25 de novembro de 1975". O mesmo foi colocado à consideração a aprovada a sua inclusão por maioria com o voto contra do Sr. Alexandre Pereira, deputado da CDU. Assim sendo, o mesmo assunto passou a constar como décimo segundo ponto da ordem de trabalhos.---------- ------ Passou-se, então, ao período de antes da ordem do dia. Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, Filipa Moreira, a senhora deputada municipal, Eduarda Pereira, a senhora deputada municipal, Isménia Loureiro, o senhor deputado municipal, Filipe Mota Pires, o senhor deputado municipal, Alexandre Pereira, o senhor deputado municipal, Manuel Sousa e ainda o senhor deputado municipal, Ricardo Gonçalves.---------- ------ A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira interveio então para convidar todos os presentes para assistirem ao Concerto de Natal que se irá realizar na Igreja Matriz de Carvalheira no próximo dia 23 de Dezembro pelas 16 horas. Ainda na sua intervenção, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de

Carvalheira aludiu ao Presépio animado na sua freguesia, renovando o convite para a visita e congratulou-se e felicitou o Executivo Municipal pela requalificação da estrada de acesso a Carvalheira, uma obra muito importante e muito esperada para a população da sua freguesia.----------

------ A senhora deputada municipal Eduarda Pereira deu logo de seguida inicio à sua intervenção conforme transcrição que se segue na íntegra:----------

-----Boa/Noite,----------

------Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores e os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes. Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de colocar as seguintes questões ao Sr. Presidente do Município:- 1.ETAR/SOUTO----------

Temos questionado sobre este tema nas últimas 3 sessões da Assembleia Municipal, mas devido a tratar-se de um processo bastante dinâmico e pela importância que tem para Terras de Bouro e especialmente para a freguesia de Souto, gostaríamos de saber mais uma vez o ponto de situação deste assunto. Na anterior reunião referiu que estava a ser estudado ou analisado outro local para implantação da ETAR, sem ter especificado qual e sabemos que há cerca de duas semanas foi realizada uma reunião em Sta Eufêmea, na freguesia de Souto, com a população aí residente e que teve como tema a localização da ETAR, solicito ao Sr. Presidente esclarecimentos sobre todas estas questões. ----------

2.Taxa de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos----------

Na última reunião desta Assembleia Municipal por duas vezes ao esclarecer questões de membros da Assembleia sobre a água, saneamento e recolha de lixo deu entender ser sua intenção aumentar as faturas destes serviços públicos. A minha questão é o que podem esperar os Munícipes de Terras de Bouro para o próximo ano nesta matéria? Poderão ver as suas despesas nestes itens aumentarem, sem que tenha havido um aumento de qualidade e efeciência nestes serviços? Em caso afirmativo gostaríamos também de ser informados da percentagem de aumento em cada serviço.---------- 3.

Embarcação Rio Caldo----------

-------Solicitamos esclarecimento sobre se o Barco Municipal se encontra ou esteve recentemente avariado? E se sim, o porquê? ----------

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira.-------

----- Posteriormente assumiu a palavra a senhora deputada municipal Isménia Loureiro conforme transcrição que se segue na íntegra: ----------

-----Boa/noite.----------

---- Começo por cumprimentar o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Munícipes presentes. Pretendo intervir para enaltecer a atuação do Executivo no período de tempo que decorre entre a anterior assembleia, em 29 de setembro e o momento atual. Várias iniciativas ocorreram que valorizaram o nosso concelho, das quais destaco três:----------

Em relação à inauguração dos dois espaços cidadão, datada de 3 de outubro, um na freguesia de Moimenta, no edifício da Câmara Municipal e outro na freguesia de Vilar da Veiga, na Sede da Junta de Freguesia, deve reconhecer-se que tem havido grande afluência de munícipes para tratar questões associadas, por exemplo, à renovação de cartas de condução ou para obter registos criminais, entre outros assuntos que lá podem ser resolvidos. A vida das pessoas é assim muito facilitada na sua relação com a Administração Pública (autoridade para as condições do trabalho, ADSE, Caixa geral de aposentações, instituto de segurança social, autoridade tributária…). Considera-se ser uma importante mais-valia no acesso simplificado e funcional dos munícipes a uma série necessária e fundamental de serviços descentralizados. Também de realçar a entrega do executivo à tentativa de impedir os CTT de encerrar a delegação dos correios de Terras de Bouro. As diligências junto da administração nacional dos CTT para evitar o encerramento deste serviço essencial para os Terrabourenses, foram infrutíferas, à semelhança do que já aconteceu em outros concelhos com maior expressão que o nosso como Melgaço, em Famalicão, a freguesia de Ribeirão em concreto e Mondim de Basto. Não obstante, a Câmara Municipal decidiu assumir a continuidade dos respetivos

serviços no mesmo local, disponibilizando para o efeito funcionários e toda a logística necessária para que o posto dos correios se mantenha a funcionar na íntegra na sede do Concelho. Desta forma, evitou-se a extinção de mais um serviço público, tranquilizando e satisfazendo a necessidade dos munícipes, especialmente os reformados, ao manter em pleno funcionamento o serviço de correios na vila de Terras de Bouro. O último ponto prende-se com a comemoração do feriado municipal, a 20 de outubro, dia em que o salão nobre da câmara municipal se revelou pequeno para acolher tantos interessados. Este dia ficou ainda mais enriquecido com a homenagem a título póstumo prestada ao Dr. José António de Araújo, presidente deste município durante 22 anos. Foi de facto muito merecida, justa e há muito que estava a ser devida----------
----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro.------
----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes iniciou o seu primeiro período de respostas às intervenções já decorridas, não sem antes saudar a presença e o regresso do senhor deputado municipal Ricardo Gonçalves a estas sessões da assembleia municipal. --
----- Prosseguindo e sobre a intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que sobre a ETAR de Souto o anterior presidente da câmara municipal tinha uma ideia com a qual não concorda e aliás até o próprio Ministro do Ambiente na recente visita que fez ao nosso concelho, estranhando o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro a ausência de qualquer membro do PS de Terras de Bouro na referida visita, manifestou, igualmente a sua discordância com a posição do anterior Executivo Municipal. No próximo dia 13 de Dezembro teremos uma visita do Secretário de Estado do Ambiente a Terras de Bouro por causa desta situação. Mais informou o Senhor Presidente que o Presidente da Junta de Freguesia de Souto tem acompanhado todo o processo ao contrário do que aconteceu com o Executivo anterior e, na verdade, existe a possibilidade de a estação elevatória ficar em Santa Eufémia, mas nada está ainda decidido, sendo certa a intenção de colocar a estrutura o mais longe possível das habitações. A empresa Águas do Norte também está a efectuar uma certa pressão para avançar com a obra e, repetiu o Senhor

Presidente, há a esperança de desbloquear a situação com a visita do Secretário de Estado do Ambiente, é assim um processo dinâmico, mas não fechado, sublinhou. Continuando, comunicou a alteração do valor das taxas em 2019 da água, do saneamento e dos resíduos, sendo certo que, em breve, do valor real será dado conhecimento e esclarecimento à população via CTT, pois o aumento em causa não é mais do que uma questão de justiça. Não se pode ter qualidade sem ter verbas disponíveis para investimentos, o que é fundamental, dado que as estruturas de apoio estão obsoletas, voltou a sublinhar o Senhor Presidente. Além disso, todos sabemos que no verão, tanto a sede do concelho como o Gerês registam uma afluência significativa que obriga a um reforço dos serviços básicos e para isso se investirá, entre outros, em cinco novos furos de água. Existe ainda também a possibilidade de termos acesso a fundos comunitários para comparticipação nesta área em função da aprovação de candidaturas efetuadas, informou o Senhor Presidente. Já sobre a embarcação Rio Caldo não está avariada e nem tem conhecimento o Senhor Presidente de qualquer anomalia, segundo as informações do seu Adjunto e responsável pela gestão do Centro Náutico, Senhor Avelino Soares, a quem deixou uma palavra de agradecimento pelo trabalho realizado nesta estrutura municipal. ---------- ---

----- Sobre a intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro, o Senhor Presidente agradeceu as palavras e respondeu também que o processo dos Espaços Cidadão vinha já do anterior Executivo mas que coube ao atual concretizar este mesmo processo, dando assim azo à criação de mais uma estrutura que facilita a vida às pessoas em termos de resolução e utilização de serviços que, de outra forma, não estariam disponíveis no concelho e, a verdade, é que desde outubro até agora, tem sido um sucesso com uma ampla afluência aos referidos espaços. Sobre a situação dos CTT, este Executivo empenhou-se para que não encerrassem como aconteceu noutros concelhos e onde até já tínhamos o exemplo de Vilar da Veiga. Relativamente ao Feriado Municipal, agradeceu a alusão e lembrou a justiça da homenagem ao homem e ao político que foi o Dr. José Araújo na sua vida dedicada a Terras de Bouro. Quis o destino que fosse eu, que o conheci desde a minha infância, a assumir esta mesma merecida homenagem, conclui o Senhor Presidente sobre as palavras da senhora Deputada Isménia Loureiro. ----------

------ De seguida deu início à sua intervenção, o senhor Deputado Filipe Mota Pires, que depois dos cumprimentos dirigidos a todos os presentes se referiu a cinco assuntos. Assim, começou por aludir ao contrato programa sobre a intervenção na zona da Mata da Albergaria, dando os parabéns por esta situação e de como foi um Governo do Partido Socialista assumir esta mesma operação, tão necessária, no único parque nacional do país. Depois dos novos guardas e sapadores florestais, teremos agora um investimento de 830.000,00 euros na Mata da Albergaria, o que se saúda e demonstra o olhar atento do Governo para estas situações. Continuando a sua intervenção, o senhor Deputado Filipe Mota Pires falou seguidamente sobre a importância do combate à vespa asiática. Há, neste momento, uma aposta no mel como produto endógeno e é preciso ajudar os apicultores neste combate, pois os ninhos estão identificados e é preciso agir se queremos ter um mel de excelência, frisou o senhor deputado. Continuando, aludiu seguidamente ao encerramento do Banco na Vila do Gerês, restando agora uma única Caixa ATM e de como já sentiu a falta de dinheiro na referida caixa no verão, sendo que, na próxima época estival, se nada for feito, será caótico. O senhor Deputado Filipe Mota Pires gostava de saber se há alguma diligência sobre este assunto e qual o ponto de situação. Logo depois, o senhor deputado falou sobre o corte de 50% feito pela câmara municipal ao financiamento do futebol nas camadas jovens, algo que o Senhor Presidente disse que não ia acontecer e de como o Grupo Desportivo de Rio Caldo, uma referência distrital no futsal, acabou com as três equipas que tinha em funcionamento, tendo assim os jovens de Terras de Bouro que ir praticar desporto para os concelhos vizinhos o que se lamenta. A ETAR de Souto foi o assunto seguinte abordado pelo senhor Deputado Filipe Mota Pires para referir que sobre esta matéria andamos a falar há já nove meses e que o Partido Socialista é sensível ao trabalho do anterior Executivo, assumindo a sua parte da responsabilidade, mas e agora, o que se irá passar, existe um prazo para resolver definitivamente este assunto, questionou o senhor deputado. E se tal existe, quais são as consequências para o Município, perdem-se financiamentos comunitários ou poderá mesmo não haver ETAR, voltou a questionar o senhor Deputado Filipe Mota Pires. Por último, na sua intervenção, o senhor deputado

questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto conhecido socialmente dos quatro computadores que foram, aparentemente, confiscados nos serviços municipais, solicitando esclarecimentos sobre esta matéria.----------

------ Posteriormente assumiu a palavra o senhor Deputado Alexandre Pereira que começou por enaltecer a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao cumprimento do estatuto da oposição, pois foi solicitado que se apresentassem propostas para as Grandes Opções do Plano para 2019, o que se saúda e assim se demonstra o agrado pelo cumprimento do estatuto democrático. Continuando, o senhor deputado fez depois um reparo sobre a situação das valetas entupidas na estrada de Covide, situação que, na sua opinião se poderia resolver mais facilmente pela passagem diária de funcionários do município naquele local, assim como seria importante solucionar a questão do talude junto à Capela de Santa Eufémia, uma situação perigosa e que é já antiga. Depois, o senhor Deputado Alexandre Pereira referiu-se à anunciada intervenção e investimento na área do PNPG e de como, sublinhou, a CDU desempenhou o papel mais importante na Assembleia da República pela pressão e trabalho que fez nesse sentido ao longo dos últimos anos, dizendo mesmo, o senhor deputado: "o seu a seu dono". Por último e sobre a proposta do "25 de novembro" parece ser este assunto ainda um recado dos tempos do senhor Claudino Ferreira nesta assembleia em que se comemorava o 25 de Abril ano sim, ano não assim como a referência ao 25 de novembro. Hoje, tudo isso está ultrapassado e sanado e não havia necessidade do Senhor Nuno Roupar trazer esta situação, sendo até ele muito novo para se referir a este assunto. ----------

-----Iniciou-se logo a seguir um novo período de respostas do Senhor Presidente da Câmara Municipal às intervenções dos senhores deputados. ----------

----- Assim e sobre as palavras do senhor deputado Filipe Mota Pires, no que diz respeito à intervenção da Mata da Albergaria, a verdade é que o anterior Executivo também era do Partido Socialista, tal e qual como o Governo e nada fez relativamente ao assunto, relembrando, inclusive, a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês sobre esta matéria e a necessidade de fazer algo na via que atravessa a área em questão, ao que,

relembrou o Senhor Presidente, terá respondido que para tapar buracos a câmara municipal não dava mais dinheiro, mas sim para uma verdadeira intervenção de fundo como aquela que agora, finalmente, se conseguiu. Mais sublinhou o Senhor Presidente os contactos que efectuou com o Diretor do PNPG e com a Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza para resolver o assunto, agradecendo, igualmente, a disponibilidade e a forma como o Senhor Ministro do Ambiente tem tratado desta matéria. A verdade, reiterou o Senhor Presidente, é que já vieram a Terras de Bouro este ano mais elementos do Governo do que nos oito anos anteriores e o mérito é nosso, do Executivo e dos Presidentes das Juntas de Freguesia envolvidas, sublinhando também o acordo de 50% com o Governo para este investimento visita da referida Secretária de Estado em julho último e o trabalho dos técnicos do Município. De seguida e sobre a questão da vespa asiática, o Senhor Presidente disse que o Município está atento a este fenómeno e a agir junto dos apicultores, tendo, inclusive, pago para uma campanha de libertação de insectos que combatem esta praga. Há assim um investimento na resolução deste problema, sendo que, também é verdade que nem sempre se consegue chegar aos ninhos, mas vamos continuar atentos a esta situação, anunciou o Senhor Presidente. Depois e sobre a situação do Banco na Vila do Gerês o Município, após as diligências efetuadas, aguarda agora por uma resposta do Montepio e, a verdade, é que a Caixa Agrícola gastou cerca de sessenta e dois mil euros para renovar o espaço e ao fim de uma ano, foi-se embora. Relativamente à situação dos subsídios para o futebol no concelho, o Senhor Presidente afirmou que esta não é uma das situações prioritárias para este Executivo e que, mesmo assim, assume os compromissos que tem com estas entidades para suportar despesas com equipamentos, inscrições e outra logística necessária. Mais afirmou o Senhor Presidente que a câmara municipal não foi responsável pelo encerramento do Grupo Desportivo de Rio Caldo, aliás, essa foi uma decisão tomada pelo próprio grupo. Ainda nesta freguesia lamentou o Senhor Presidente que das obras realizadas no Pavilhão de Rio Caldo, não tenha o senhor deputado Filipe Mota Pires falado. Já sobre a ETAR de Souto, o processo é dinâmico e não há necessidade de instalá-la em Souto com celeridade, mas

também é verdade que as águas residuais têm que ser tratadas, seja onde for, nem que isso custe votos, sublinhou o Senhor Presidente. Por último e sobre os computadores confiscados nos serviços municipais, o Senhor Presidente explicou que existiu uma alegada fuga de documentação tratada no município para as redes sociais, algo que não é, de todo, normal e depois da empresa de software responsável ter confirmado a origem, procedeu-se à recolha dos mesmos para análise. Este procedimento tem por objectivo dignificar a câmara municipal e o meu próprio trabalho, realçou o Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

----- Ainda nesta fase, o senhor deputado Filipe Mota Pires pediu novamente o uso da palavra para interpelar o Senhor Presidente sobre a ETAR de Souto: Há algum concurso público a decorrer? Há prazos a cumprir? E se existirem e forem ultrapassados, quais as consequências? -questionou o senhor deputado.----------

----- Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal retorquiu de imediato respondendo negativamente às três questões, na certeza também de que a situação tem que se resolver, ficando a ETAR em Souto ou não, afirmou o Senhor Presidente.----------

------ Continuando no uso da palavra, mas já sobre a intervenção do senhor Deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente agradeceu as palavras e disse também que só a CDU apresentou propostas para as Grandes Opções do Plano para 2019. Sobre a estrada de Covide procuraremos sensibilizar as pessoas para esta situação e a zona junto à Capela de Santa Eufémia será alvo de uma intervenção para reforço da segurança naquele local. ---------- O senhor deputado Manuel Sousa assumiu, logo após, a palavra e depois de também dirigir cumprimentos a todos os presentes, deu início à sua intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: ----------

----- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Caros Deputados Municipais, ----------

----- O encerramento de uma agência bancária na Vila do Gerês e a constante questão acerca de potenciais interessados é consequência do empobrecimento do nosso concelho que, a cada encerramento de um serviço, sente a agonia e preocupação quanto ao futuro e à dificuldade crescente em captar pessoas e serviços, que criem uma dinâmica que tanto necessitamos. A notícia de

encerramento dos CTT em Terras de Bouro é novamente um sinal de preocupação e mais uma perda considerável de serviços públicos e essenciais. Temos que lutar pela continuidade desses serviços e não podemos simplesmente lamentar o sucedido. Quando refiro lutar por estes serviços, refiro-me a ir além de pequenos acordos entre a autarquia e uma empresa privada como são os CTT. Há regulamentos que obrigam os CTT a prestar um serviço público de qualidade a todos os portugueses sem exceção porque lhes foi atribuída a conceção de um serviço público e universal. Consideramos que, no caso de Terras de Bouro, o encerramento da agência coloca em causa a obrigação desta empresa privada e constitui falha grave no seu dever. Quando a autarquia se dispõe a tomar conta da agência, está a ser conivente com a falha da empresa privada, está a assumir a prestação de um serviço que não lhe compete, para além de assumir um encargo financeiro de onde não vai tirar proveito económico capaz de pagar as despesas correntes assumidas. Que o município tenha preocupação em manter a agência aberta somos de acordo, que assuma as responsabilidades, deixando que uma empresa privada tenha o seu proveito, somos contra. Não pode o senhor presidente ser o bom samaritano, para ficar bem perante o eleitorado e, depois, para comprar máquinas essenciais ao trabalho a que o município está obrigado, tenha que recorrer a um empréstimo bancário. Deixamos publicamente o elogio ao senhor Vereador Paulo Sousa, do nosso movimento Terras de Bouro o Nosso Partido que, desde a primeira hora, pediu esclarecimentos ao regulador, ANACOM, aos CTT, e ao Secretário de Estado das Infraestruturas. São estas as entidades responsáveis por encontrar uma solução e não a autarquia a assumir acordos que, no futuro, condicionam a sua gestão financeira, aliviando os grupos económicos da prestação de serviço público. Estamos a acompanhar processos semelhantes noutros municípios, que a confirmar a decisão do regulador, iremos judicialmente, dentro das nossas possibilidades, exigir aos CTT a continuidade de prestação do serviço sob a sua responsabilidade. Em relação à questão dos computadores aqui referida e perante o esclarecimento dado - tratou-se de uma questão da fuga de informação, que levou a esta situação - tal deveria ser participado às autoridades para evitar o que o senhor presidente disse há momentos, de alguém acusar a autarquia por fuga

de informação e publicitação de dados que são confidenciais. Seria este um assunto para intervenção das autoridades em vez de ser resolvido internamente? Muito obrigado.----------

------ Fim da transcrição e intervenção do senhor Deputado Manuel Sousa.----------

------ A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Deputado Ricardo Gonçalves que depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, afirmou rejeitar o que o Senhor Presidente da Câmara disse sobre o anterior Executivo. Aliás, continuou, o anterior presidente até fez e deixou muitas situações para que o atual Executivo possa brilhar, o que não é justo, sublinhou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves. Mais lembrou o senhor deputado o processo da escolha do candidato do PSD à câmara municipal como sendo uma escolha do PSD de Braga e não do PSD de Terras de Bouro que apoiava até outro candidato, realçando também o aspeto do atual Presidente da Câmara ser um "delfim" do anterior e que representa a continuidade já desde o tempo do Dr. José Araújo, pois são e cita-se" todos iguais e pertencem todos à mesma escola", fim de citação. Apesar de ser mais jovem e agressivo, este Presidente não traz nada de novo, apenas se vale da disponibilidade e polivalência do Poder Central, destacou o senhor deputado. A intervenção no PNPG faz-se com a vontade do atual Governo e a câmara municipal tem que fazer ainda mais, lembrando o senhor deputado que já por aqui anda desde 1993 e sempre ouviu falar nas mesmas questões, pedindo, inclusive, ao Senhor Presidente para ir mais vezes a Lisboa, pois os anteriores presidentes nem isso faziam, contribuindo para a indiferença com que Terras de Bouro tem vivido. O senhor deputado realçou também o facto de a atual equipa municipal até ter membros que transitaram do anterior executivo, o que faz com que o discurso do Senhor Presidente não tenha fundamento, aliás o anterior executivo foi muito mau e o anterior a esse também e o Senhor Presidente pertence a essa linha, reiterou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves, apelando à mudança e de com o atual Presidente tem que levar isso em consideração. Continuando e sobre os CTT, a sede do concelho tem que ter uma delegação oficial, afirmando o senhor deputado e cita-se "só lhe falta ser carteiro Senhor Presidente!", fim de citação, sublinhando também o senhor deputado Ricardo Gonçalves que o Executivo Municipal deveria ter adoptado, por exemplo, a mesma atitude do Executivo de S. João da Pesqueira

que interpôs uma providência cautelar para travar um processo idêntico. Na verdade, continuou, é que esta atitude lhe dá votos, mas não dá prestígio. Aliás e ainda sobre o processo dos Espaços Cidadão, também é um facto que o Senhor Presidente brilhou graças ao anterior Presidente da Câmara. Já sobre a ETAR de Souto, o senhor deputado Ricardo Gonçalves afirmou existir um discurso errado, pois foi até o PSD que entregou o assunto à empresa Águas do Norte e tem que se resolver este problema que é inadmissível, pois não se vê uma situação destas em lado nenhum, realçou. Relativamente à intervenção na Mata da Albergaria, o senhor deputado salientou a ajuda do Governo e sublinhou a importância da política nacional neste assunto, concluindo com a temática da desertificação, que é geral, mas que se acentua em Terras de Bouro e, ainda assim, parece que se tenta acabar com o futebol em Terras de Bouro pela medida adotada do corte nos subsídios.----------

----- Logo depois, o Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para responder a este novo período de intervenções e sobre as palavras do senhor Deputado Manuel Sousa disse que existe a intenção de resolver o processo da dependência bancária na Vila do Gerês logo que possível e que os CTT daquela vila irão mudar-se para o edifício do Centro de Animação logo que o contrato de aluguer termine. Já relativamente ao assunto dos computadores municipais, o Gabinete Jurídico do Município está também a analisar a questão.----------

------ Continuando, mas agora sobre a intervenção do senhor Deputado Ricardo Gonçalves, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que depois de estar arredado do concelho, porque o Dr. Joaquim Cracel não o queria aqui, parece querer voltar com o seu estilo e sua retórica espectacular. Com efeito, andar por aqui como o senhor deputado afirmou e estar aqui como os terrabourenses estão é completamente diferente, sublinhou o Senhor Presidente e se o senhor deputado está de alguma forma zangado, deve ser com o PS ou até com o povo de Terras de Bouro que nunca o quiseram como Presidente da Câmara. O meu lema é cumprir é cumprir a minha palavra, sublinhou o Senhor Presidente, dando o exemplo do Bairro da EDP em Paradela, por quem nada fizeram até aqui, mas agora se irá ver as obras a avançar, pois o trabalho é que define as pessoas e não a retórica, afirmou

o Senhor Presidente. O senhor Deputado Ricardo Gonçalves fez aqui só um discurso político e para o palco político, mais nada, sublinhou também o Senhor Presidente que relativamente à ETAR de Souto, reitera tudo o que disse anteriormente e realça o empenho atual deste Executivo e da Junta de Freguesia de Souto para resolver este problema. Sobre o futebol e as intenções prioritárias deste Executivo já falou, terminado o Senhor Presidente a sua intervenção com a afirmação e cita-se" a minha história de vida fala por si!", fim de citação e da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal neste período.----------

------ Seguidamente solicitou a palavra o senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal e Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte, José Carlos da Rocha Dias para dizer que como terrabourense se sentiu ofendido com as referências feitas hoje aqui a três grandes presidentes de câmara como foram o Dr. José Araújo, o Dr. António Afonso e o Dr. Joaquim Carcel e será bom lembrar, concluindo, que na política há os que ganham e os que perdem eleições. --

------ Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do Público. ----------

------ Não se registaram intervenções. ----------

------ Após um período e intervalo de cerca de quinze minutos, deu-se início à discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos, já com a introdução efetuada no dia de hoje: ----------

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, do Decreto - Lei nº75/2013 de 12 de/Setembro;----------

2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;----

3. Análise e votação de Proposta sobre a participação variável no IRS;----------

4. Análise e votação da Proposta sobre a Derrama;----------

5. Análise e votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-

6. Análise e votação de Proposta de Isenção do IMI do Campo da Pereira;-----

7. Análise e votação da quarta revisão às Grande Opções do Plano para 2018;-

8. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2019;----------

9. Análise e votação de Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 250.000,00 euros;----------

10. Análise e votação de Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 1.550.000,00 euros;----------

11. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Joaquim Gonçalves, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Vilar.----------

12. Apresentação e consideração de Voto de Saudação pelos 43 anos do 25 de novembro de 1975. ----------

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas após a última sessão deste órgão: assim decorreram as atividades do Projeto Bem Envelhecer; a inauguração dos Espaços Cidadão, apresentação do Plano Piloto do Parque Nacional da Peneda- Gerês, a realização das IV Jornadas Técnicas sobre os Carvalhos, o Feriado Municipal do 20 de outubro e a homenagem ao Dr. José Araújo a XVIII Feira de São Martinho nas Terras do Gerês"; as sessões sobre a revisão do PDM nas juntas de freguesia; a cerimónia da assinatura do contrato de requalificação da estrada da Mata da Albergaria com o Ministério do Ambiente a prova Gerês Marathon e a atribuição das prendas de Natal. No que diz à Divisão de Planeamento e Urbanismo, o senhor presidente referiu a emissão de licenças de utilização e de construção, assim como de outros documentos da responsabilidade desta divisão. Sobre a Divisão de Obras Municipais referiu as obras em fase de projeto, pedidos de pareceres, obras em curso nos equipamentos municipais, escolas, vias de comunicação, águas e saneamento, Por último e no campo financeiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor da receita cobrada até vinte e três de novembro era de 8.254.888,64 euros e o valor da despesa efetuada até à mesma data era de 7.836.702,60 euros.----------

------ Sobre este ponto da ordem de trabalhos não aconteceu qualquer inscrição ou consideração dos presentes. ----------

------ Continuando a sessão e sobre o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara que apresentou os termos da proposta, nomeadamente, a

dedução fixa no IMI de 20, 40 ou 70 euros em função dos dependentes a cargo, no caso, 1,2 ou 3 dependentes, respetivamente e ainda o valor da taxa nos 0,3%.-------

------ Logo depois e face à ausência de intervenções, foi a "Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis" colocada à votação e aprovada por unanimidade.----------

------- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, "Análise e votação de Proposta sobre a participação variável no IRS", o senhor Presidente da Câmara Municipal tomou ao uso da palavra, referindo a taxa pretendida pelo Município para o ano de 2019 nos 5%, esta opção, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, traduzir-se-á em mais quinze mil euros para o orçamento do Município. ----------

------ A senhora Deputada Eduarda Pereira pediu o uso da palavra sobre este ponto nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra:----------

----- Terras de Bouro o Nosso Partido irá votar contra a proposta apresentada pelo Excecutivo Municipal de fixação da participação variável no IRS em 5%.Terras de Bouro, é um concelho do interior, com com pouca atividade económica, baixa densidade demográfica, baixo nível de emprego, uma baixa taxa de criação e fixação de empresas, deficientes equipamentos e serviços públicos, como por exemplo ao nível de saneamento, recolha de resíduos sólidos urbanos, abastecimento de água, vias de acesso ao concelho e viação rural. É um concelho com grandes restrições à construção, em que a maior parte da população não tem vias de acesso de qualidade aceitável para a sua residência e em que a maior parte das pessoas verifica uma elevada distância entre a sua habitação e as infraestruturas públicas, de serviços e comerciais de que necessitam, como por exemplo escolas, repartição de finanças, segurança social, CTT, superfícies comerciais e restantes serviços privados. É um concelho em que grande parte da população só tem recolha de lixo duas vezes por semana, só tem distribuição de correio dia sim, dia não, que não tem saneamento e em que a rede de abastecimento de água e de eletricidade tem sérias deficiências e falhas. Por tudo isto não devemos penalizar fiscalmente os nossos cidadãos, devemos sim dar um benefício aos que residem e pagam os seus impostos no nosso concelho. Não devemos também prescindir de um dos poucos instrumentos de política fiscal para

captar mais população: primeiro porque em Terras de Bouro muitas pessoas têm a sua segunda residência e temos que os incentivar a alterar para cá a sua residência fiscal e temos também que captar novos habitantes para o nosso concelho. Face ao exposto não estamos de acordo que se fixe a participação variável no IRS para o ano de 2019 no Município de Terras de Bouro na taxa máxima de 5%, pelo que votaremos contra a proposta apresentada pelo Executivo Municipal. ----------

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira.--------

----- De igual forma e sobre o terceiro ponto usou da palavra o senhor Deputado Ricardo Gonçalves para dizer que este é um ponto importante que importa discutir pois Terras de Bouro continua a perder população e "quadros técnicos". O Senhor Presidente da Câmara devia repensar a sua posição sobre este assunto, aliás à semelhança de outros municípios do interior. Mais disse o senhor deputado que quem já paga é porque tem alguns rendimentos e a população do interior já é penalizada que chegue por isso mesmo. Não se pode ter discursos contraditórios, por um lado quer-se fixar a população, por outro não se baixam taxas, veja-se o exemplo de Vieira do Minho, muito melhor do que Terras de Bouro. Assim é fácil trabalhar, porque se recebe do Estado, mas não chega e está a prejudicar Terras de Bouro, afirmou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves, concluindo dizendo que tem que se mudar estas atitudes, pois ser político é isso mesmo.----------

Sobre esta última intervenção e logo a seguir usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Augusto Braga para alertar que não devemos ter alusões ao passado em detrimento dos temas que nos trazem aqui hoje, tal deve ser ponderado e pediu respeito pela Assembleia Municipal.----------

----- Ao que o senhor Deputado Ricardo Gonçalves voltou a retorquir dizendo que apenas fez um enquadramento da sua intervenção e que assim o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe está a "cortar o pensamento", abusando do seu lugar, pois devia inscrever-se para falar e não intervir desta forma como Presidente da Assembleia Municipal.----------

------ A intervenção seguinte pertenceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que em resposta primeira à senhora Deputada Eduarda Pereira afirmou que a maior parte dos terrabourenses já não paga impostos e o Município ainda não está em

condições de abdicar desta verba. ----------

----- Colocado seguidamente à votação, foi aprovado o terceiro ponto da ordem de trabalhos por maioria, com cinco votos contra por parte da bancada do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido, "o voto contra do senhor Deputado Ricardo Gonçalves e três abstenções dos deputados do Partido Socialista.----------

------ No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, "Análise e votação da Proposta sobre a Derrama", foi aberto o período de inscrições para intervenções, não se tendo registado qualquer pedido. O senhor Presidente da Câmara Municipal leu a proposta, que fixa os seguintes valores: lançamento de uma derrama de 1,4% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e uma taxa reduzida de derrama, de 0,2%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 euros. ----------

------ Após a leitura do documento e sem intervenções colocou-se à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade. -------

------ Seguidamente foi apresentado o quinto ponto da ordem de trabalhos, "Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem", com o senhor Presidente da Câmara Municipal a ler a seguinte proposta, já aprovada pelo Executivo Municipal: Proposta: (...) ao abrigo da alínea b) do número três do artigo centésimo sexto do referido diploma legal, o estabelecimento de uma TMDP, para o ano de dois mil e dezanove, é de zero, vírgula vinte e cinco. ----------

------ Aberto o período de inscrições para intervenções, não se registaram inscrições e o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou imediatamente à votação o ponto quinto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado Manuel Sousa, do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido". ----------

----- Seguidamente e sobre o sexto ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu novamente a palavra para informar que a Proposta de Isenção do IMI do Campo da Pereira foi apresentada em reunião do Executivo Municipal pelo Vereador Dr. Paulo Sousa e aprovada por unanimidade, dando conhecimento do seu teor a esta assembleia e que se apensa documentalmente a esta reunião. O

Senhor Presidente explicou ainda que o Município é que é o titular do imóvel e que há um contrato de comodato em vigor com o Grupo Desportivo do Gerês a assumir a gestão do espaço.----------

------ Colocada à votação e sem intervenções foi a Proposta de Isenção do IMI do Campo da Pereira aprovada por unanimidade.----------

------ No que diz respeito ao sétimo ponto, "quarta revisão às Grande Opções do Plano para 2018", o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou os fundamentos da mesma e que se deve a: um reforço de 150.107,46 euros relativos a um Protocolo celebrado com o Fundo Ambiental e com o ICNF para a beneficiação do caminho florestal Campo- Guarda-Bouça da Mó-Ponte da Albergaria e à anulação de 1.204.622,96 euros relativos à reprogramação para o ano de 2019 dos seguintes projetos de investimento: Parque Urbano Verde de Moimenta; Requalificação da Rua Miguel Torga; Rede Pedonal estruturante e acessível entre Rio Caldo e Vilar da Veiga – 1ªfase e a Ecovia do Cávado e Homem – troço entre Moimenta e Souto.---------- Aberto o período de inscrições, interveio o senhor deputado Manuel Sousa pra colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara: esclarecer o porquê da mudança de opinião em relação à intervenção na estrada, na zona da Mata de Albergaria, pois havia ficado na ideia que não gastaria qualquer valor nessa requalificação.----------

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio de novo justificando a revisão com o investimento realizado na Mata da Albergaria como sendo uma obra estruturante e não algo só para tapar buracos, realçou.----------

----- Logo após, colocou-se à votação o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

----- Prosseguindo a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o oitavo ponto, "Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2019".----------

----- Sobre o mesmo usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir o seguinte: Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia

Municipal de Terras de Bouro) os documentos previsionais com o presente Relatório, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município (OM) para o ano de 2019, bem como as opções estratégicas que queremos ver concretizadas ao longo do presente mandato autárquico. ----------

------ Os fundamentos foram explicados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal com a apresentação digital do documento e os respetivos esclarecimentos foram prestados pelo senhor Dr. Paulo Antunes, Chefe da UAGF.-

------ Assim foi apresentado o orçamento para o ano de 2019, um orçamento municipal que atinge o montante de 12.930.624,00 €, elaborado com respeito por todas as normas legais em vigor e que irá, estamos certos, contribuir para a melhoria das condições de vida de todos os terrabourenses, afirmou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. O Senhor Presidente referiu ainda a inexistência de qualquer cosmética nestas contas e agradeceu à UAGF, na pessoa do Dr. Paulo Antunes, a elaboração do documento que mantém uma expectativa elevada sobre obras e apoio às juntas de freguesia. Em Abril se explicarão as contas de 2018, finalizou, neste período, o Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

------ Aberto logo de seguida o período de intervenções, usaram da palavra a senhora deputada Isménia Loureiro, o senhor deputado Manuel Sousa, o senhor deputado Ricardo Gonçalves e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. ----------

------- A senhora Deputada Isménia Loureiro eu então início à sua intervenção nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra:----------

------- Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, senhoras e senhores membros da assembleia, relativamente às grandes opções do plano e orçamento da receita e de despesa para o ano de 2019 não poderia deixar de manifestar o nosso contentamento em verificar que se trata de um instrumento abrangente, bem distribuído no território municipal através das iniciativas e das obras delineadas, muitas delas já anunciadas há vários anos e que agora, temos a certeza, irão ser concretizadas. É que, uma coisa é propagandear outra bem diferente é materializar. Estamos assim certos que este executivo com a determinação que demonstra, a vontade de trabalho que apresenta e a coragem que não lhe falta levará por diante aquilo que planeia!----------

------ Fim da transcrição da intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro. ---
------ Seguidamente assumiu a palavra o senhor Deputado Manuel Sousa e também segundo intervenção que se transcreve desta forma:----------
------ Depois de um primeiro orçamento, considerado pelo Senhor Presidente, há um ano, como orçamento para perceber onde se gasta o dinheiro neste município, espanta-nos o orçamento para 2019, que ascende aos 12 903 624 Euros. Diria mesmo que estamos perante um milagre de multiplicação das receitas. Como é possível prever um aumento das transferências de capital na ordem dos 3 974 631 Euros, tendo por base a aprovação de projetos, para os quais não sabemos se os valores serão atribuídos. Além disso, é importante referir que a receita de capital até junho seria de 427 mil Euros, em 2017 que rondou os 550 mil euros, para termos uma base de comparação. Este orçamento, como referiu há pouco, é uma intenção, é nada mais que propaganda para a comunicação social, para que o eleitorado fique com a ideia da mudança de rumo; uma mudança que consideramos camuflada posteriormente com recurso a crédito para o que é essencial ao funcionamento da autarquia. Na hora de rever o orçamento para anular os valores inflacionados, como a revisão que hoje aqui foi aprovada, no ponto anterior, com a anulação de cerca de 1 200 000 Euros, os eleitores não terão a ideia de que tudo não se tratou de mera ilusão e cálculo matemático, que a bem da verdade, está certo, mas, podemos considerar jogada política. Compreendemos que as obras referidas neste orçamento sejam importantes, porém, questionamos a ordem de valores e prioridades que lhes são atribuídas. Neste momento, consideramos mais importantes todas as obras referentes a serviços básicos e essenciais à população - água, saneamento, entre outras - cuja dotação orçamental é tão baixa. A nossa orientação será na mesma linha que a manifestada pelo Vereador Paulo Sousa, em reunião de Executivo para aprovação do documento e que também teve a oportunidade de manifestar. Não queremos ser uma força de bloqueio a este Orçamento, mas, somos bastante críticos quanto à forma e à imagem que este pretende dar aos terrabourenses. Muito obrigado.----------
------ Fim da transcrição da intervenção do senhor Deputado Manuel Sousa. --------
------ Logo depois e ainda sobre o oitavo ponto interveio o senhor Deputado

Ricardo Gonçalves que em primeiro lugar agradeceu e endereçou os parabéns ao Dr. Paulo Antunes pela elaboração dos Documentos Previsionais para 2019. Prosseguindo, o senhor deputado afirmou também que já viu este documento muitas vezes, aliás nele para ser diferente só não consta o arranjo da Curva do Eiras, algo que também foi falado pelo Executivo anterior. Assim, sublinhou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves, este orçamento não traz nada de novo. Seria bom que se fizessem avaliações do retorno de obras já realizadas, como se faz noutros locais e só depois se avançasse para outras, depressa Portugal se transformou no "país dos passadiços", mas só os do Paiva é que parecem ter impacto e resultado, afirmou o senhor deputado. Qual será o retorno das obras anunciadas, perguntou, Terras de Bouro já tem muitos elefantes brancos como o exemplo do Centro do Garrano, questionado igualmente os senhor deputados se estas intenções trazem mais pessoas para Terras de Bouro, não, afirmou. Há anos que ouvimos falar do Parque da Vila, anteriormente chamava-se Parque das Gordairas, o Campo de Futebol Municipal é outro exemplo de uma má opção e tudo são obras sem retorno real para o concelho. O aproveitamento do Rio Homem devia ter sido feito há muitos anos, o que faltam são obras estruturantes e com qualidade e aproveitamento, dando os exemplos de obras feitas noutros municípios como Castanheira de Pêra ou Arouca com investimentos seguros porque foram alvo de plano de estudos, algo que aqui não acontece, sublinhou e concluiu o senhor deputado Ricardo Gonçalves.----------

----- A última intervenção sobre este ponto pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que depois d e dirigir os seus cumprimentos aos presentes, demonstrou o seu agradecimento ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, pelo excelente plano para 2019. A sua freguesia há muito ansiava pelas obras contempladas neste orçamento, a intervenção no Alqueirão ou a construção dos passeios na mesma estrada, uma importante questão de segurança para todos, entre outras, não se fizeram antes com responsáveis como o Dr. Ricardo Gonçalves, sublinhou. Referiu-se também o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga ao fundamental investimento na estrada da Ermida que contribuirá de igual forma para o crescimento turístico daquela área e ainda à intervenção no Banco do Ramalho, um projeto já para concretizar este ano. ---------

----- O senhor Deputado Ricardo Gonçalves pediu a palavra para dizer que, relativamente à Vila do Gerês e como já tinha dito anteriormente, há já muitos anos que deviam existir passeios e estacionamentos adequados. ----------

----- Sobre as últimas intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder ao senhor deputado Manuel Sousa que não existem neste orçamento valores infundados, aliás como o Dr. Paulo Antunes já teve oportunidade de explicar. Sobre a intervenção do senhor Deputado Ricardo Gonçalves, o Senhor Presidente apelidou-a de derrotista e que não traz nada de novo, aliás surpreende-o que o senhor Deputado Vítor Fernandes não tenha pedido ao anterior Executivo a realização das obras que agora se anunciam e criticam. Este orçamento é concelhio e não de uma junta de freguesia, reiterou o Senhor Presidente. Já sobre as afirmações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga o Senhor Presidente agradeceu as palavras e realçou a importância das obras elencadas, assim como noutras freguesias e que avalia esta importância serão os terrabourenses, concluindo o Senhor Presidente dizendo que se estivesse na oposição também ficaria preocupado com este orçamento.----------

----- Concluindo as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto, "Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2019", sendo estas aprovadas por maioria com as quatro abstenções do Partido Socialista.----------

----- Entrou-se de seguida na discussão do nono ponto da ordem de trabalhos, "Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 250.000,00 euros", explicando o Senhor Presidente a necessidade imperiosa do mesmo, face à elevada e perigosa deterioração do parque automóvel da autarquia.--

----- Abertas as inscrições, usaram da palavra o senhor Deputado Ricardo Gonçalves e das senhoras deputadas Eduarda Pereira e Isménia Loureiro.----------

------ O senhor Deputado Ricardo Gonçalves afirmou então que faz bem o Senhor Presidente em renovar o parque automóvel e só lhe pediu e cita-se" por favor, não compre mais Hyundais", fim de citação.----------

------ Logo depois, a senhora Deputada Eduarda Pereira interveio segundo o que se transcreve imediatamente:----------

------ Gostaríamos de fazer duas considerações acerca deste ponto da ordem de trabalhos, ao nível do conteúdo e ao nível da forma: Ao nível do conteúdo: não questionando e estando até de acordo com a utilidade dos investimentos que se propõem neste ponto e conscientes que o parque de viaturas e máquinas municipais se encontra bastante degradado, devemos alertar para os perigos do sobreendividamento que ainda recentemente fez o país e particularmente o sector público passar por momentos difíceis, estamos hoje a analisar duas propostas de recurso a financiamento bancário que em conjunto se fixam no limite da capacidade de endividamento do Município, uma boa gestão tem que ser capaz de libertar meios para alguns investimentos, especialmente para este tipo de investimento em equipamentos que deveriam ser renovados gradualmente, não podemos propor um Orçamento que ultrapassa os 12 milhões de euros e não conseguir poupar em despesas correntes para realizar algum investimento no nosso concelho (relembro que ainda na anterior reunião da assembleia aprovamos um financiamento). Neste empréstimo em específico acresce ainda o prazo excessivo do empréstimo – 8 anos, o que poderá ser acima dos prazos de amortização dos equipamentos que irão ser adquiridos. Poderá haver equipamentos que terão de ser substituídos antes de decorridos os 8 anos, logo quando o município ainda está a suportar o serviço da dívida da aquisição dos mesmos tem que despender de mais verba para os substituir. Alertamos inclusive que isto vai contra princípios de boa gestão e até de recomendações do Banco de Portugal que recomenda por exemplo que empréstimos para aquisição de viaturas automóveis não devem exceder os 4 anos. Solicitamos também ao Sr. Presidente do Município esclarecimentos mais específicos sobre os equipamentos a adquirir e se no último ano não foram renovados nenhuns equipamentos, uma vez que estamos agora a falar de um investimento tão avultado.----------

------ Agora ao nível da forma: consideramos que a proposta apresentada não está na sua íntegra corretamente formulada e a não ser corrigida iremos abster-nos na votação deste ponto. É nosso entendimento que a Assembleia Municipal é um orgão deliberativo e fiscalizador e que de acordo com o disposto na alínea f) do art 25.º da Lei nº75/2013 tem a competência de "autorizar a contratação de empréstimos", no entanto consideramos que não lhe compete ser "júri" na

apreciação de concursos/ajustes diretos relativos a empréstimos e que essa competência é reservada ao poder executivo, ou seja, é do nosso entendimento que não compete à Assembleia Municipal, excluir propostas e a aprovar a proposta "vencedora", conforme solicitado nas alíneas c) e d) da proposta apresentada pelo Executivo. O nº5 do Artigo 49º do RFLALEI refere que "O pedido de autorização à assembleia municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município", consideramos por isso que face ao descrito no referido normativo, a disponibilização desta informação é meramente para auxiliar a tomada de decisão da Assembleia nesta matéria de "autorizar a contratação de empréstimos".----------

------ Fim da transcrição e intervenção da senhora Deputada Eduarda Pereira, nesta fase.----------

------ Posteriormente o senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra para referir que o ponto em questão se refere unicamente à "proposta de contratação".----------

------ Também sobre o mesmo tema e para esclarecimentos, o senhor Dr. Paulo Antunes, Chefe da UAGF do Município interveio no sentido de prestar esclarecimentos sobre as alíneas em causa ao abrigo do direito administrativo, nomeadamente, os trâmites legais que regem estas propostas para contratação de empréstimos.----------

------ O senhor deputado Guilherme Alves interveio de igual forma para se pronunciar e afirmar que a assembleia municipal se deve pronunciar sobre a aprovação ou não do empréstimo e não sobre questões técnicas. ----------

------ Relativamente à questão das alíneas invocadas pela senhora Deputada Eduada Pereira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou ao Dr. Paulo Antunes se as mesmas são imprescindíveis na questão da votação, ao que o Dr. Paulo Antunes respondeu afirmativamente.----------

------ Tal como tinha sido requerido, interveio depois a senhora deputada Isménia Loureiro segundo o documento que de seguida se transcreve na íntegra:----------

------ Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, senhoras e senhores membros da assembleia, no que concerne à análise e votação de proposta de contratação de empréstimo de longo prazo apraz-me referir que se trata de um ato de arrojo, também firmeza para se poder executar obras absolutamente necessárias e que de outra forma não seriam exequíveis. Num município como o nosso em que os recursos são extremamente insuficientes e que, para qualquer outro edil representaria grande receio assumir este compromisso económico, visto estarmos a considerar valores muito avultados, temos neste presidente, tal como já nos tem habituado em atos anteriores, grande espírito de coragem. Queremos por isso parabenizá-lo!----------

------ Fim da transcrição da intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro.----

------ Colocado de seguida à votação, o ponto" Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 250.000,00 euros", foi aprovado por maioria com cinco votos de abstenção dos senhores deputados municipais do Movimento Independente "Terras de Bouro é o Nosso Partido".----------

------ Imediatamente a seguir o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o décimo ponto da ordem de trabalhos" Proposta de autorização de Contratação de Empréstimo de longo prazo até 1.550.000,00 euros" e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fundamentou a necessidade do pedido de empréstimo com os investimentos que carecem de financiamento, nomeadamente: Açude no Rio Homem; Adaptação do pavilhão industrial de Moure para instalação de empresas; aquisição e adaptação de Pavilhão-Armazém; requalificação da CM1276, Ermida-Vilar da Veiga e requalificação da CM 1259 em Carvalheira.----------

------- Abertas as inscrições sobre este ponto, apresentaram-se a senhora Deputada Eduarda Pereira e os senhores deputados municipais Filipe Mota Pires e Ricardo Gonçalves.----------

------- A senhora Deputada Eduarda Pereira reassumiu novamente a palavra segundo a seguinte intervenção:----------

------- Terras de Bouro o Nosso Partido considera os investimentos que o Município se propõe fazer com recurso ao empréstimo elencado neste ponto da ordem de trabalhos de relevância para o nosso concelho e nomeadamente ao nível